

A proliferação de *readers* e introduções à Teoria Social surgirão como um *ersatz* à incapacidade de produzir teoria sólida e inovadora dentro desse domínio do conhecimento? No geral, o que temos são múltiplas teorias no interior de áreas de especialização, mas que não são verdadeiramente autônomas, visto que os seus pressupostos encontram-se sistematicamente ancorados numa qualquer forma de metateoria (escolha racional, estruturacionismo, pós-estruturalismo etc.). A noção segundo a qual a proliferação endêmica de abordagens teóricas e tradições intelectuais pode ser abandonada em proveito de teorias de natureza regional só pode ser acalentada se acharmos que a diversidade de lógicas proposicionais metateóricas convive pacificamente sem criação de tensões e de impasses improdutivos. Sucede pelo contrário que elas não se complementam, nem tão pouco, como alguns julgam, podem ser postas a serviço de uma melhor compreensão do social pelo jogo combinatório dos seus núcleos teóricos. Se a lógica proposicional pode ser combinada entre diferentes princípios axiomáticos, já o núcleo propriamente metateórico não pode. Por exemplo, a escolha racional dificilmente é contabilizável com o pós-estruturalismo, e isto não tanto porque todas as suas proposições sejam incompatíveis e irreconciliáveis, mas porque, no nível metateórico, os princípios assumidos são irredutíveis: a escolha racional coloca o sujeito perceptivo no cerne da sua perspecti-

va, enquanto o pós-estruturalismo rejeita a centralidade do sujeito e difunde-a por uma miríade de discursos. Atualmente, afigura-se existir uma aceitação tácita desta diversidade. Longe vão os tempos das ambições de uma *grand theory* como Skinner previu na década de 1980 (Skinner, 1985), cujo regresso se fazia anunciar através das tentativas de síntese levadas a cabo pela teoria da estruturação de Giddens, o estruturalismo genético de Bourdieu, o neofuncionalismo de Alexander ou os projetos críticos de Habermas e Honneth. Como nenhuma delas pode reivindicar um estatuto de paradigma unificador, desde logo porque as disputas teóricas em seu torno continuam invictas e porque esse estado de instabilidade conceptual e axiomática faz parte das tentativas de definição do campo da teoria social, com os seus investimentos específicos a certas redes intelectuais e de construção de textualidades apropriadas para aquilo que estas vindicam, podemos dizer, parafraseando Alexander a respeito dos clássicos, que, a despeito desta pluralidade, persiste uma necessidade funcional de integração do campo do discurso teórico (Alexander, 1989, p. 27).

É neste quadro que, apesar dos desencontros inerentes ao estado pluriparadigmático da Teoria Social, com certa periodicidade revela-se a necessidade de recompilar o seu corpo canônico. Não apenas como ritualização periódica que visasse, muito durkheimianamente, reanimar o legado da Teoria

Social, mas porque às fontes deste *corpus* são acrescentadas perspectivas e autores que trazem análises inovadoras, resultado do cruzamento de olhares ou de sugestões de novos ângulos interpretativos. De forma mais comezinha, esta revisão periódica responde igualmente às obrigações ditadas pela tarefa pedagógica de comunicar os avanços e o patrimônio acumulado da Teoria Social aos neófitos que ingressam no campo. Os três livros que aqui pretendo resenhar situam-se neste desiderato.

Estas obras procuram oferecer uma visão de conjunto dos desenvolvimentos na Teoria Social a partir sensivelmente da segunda metade do século XX e das suas propostas mais recentes na entrada do século XXI. São livros de introdução à Teoria Social que foram publicados praticamente em simultâneo e que se debruçam em particular sobre desenvolvimentos teóricos contemporâneos, não integrando nas suas lições os chamados “pais fundadores” da Sociologia, ou da Teoria Social em sentido mais lato, tais como Marx, Weber, Simmel, Durkheim, Tönnies, Pareto, entre outros, i.e., aqueles a quem se convencionou atribuir o estatuto de clássicos. As três obras a que me referirei são *Social Theory: twenty introductory lessons*, de Hans Joas e Wolfgang Knöbl (2009); *Contemporary Social Theory – an introduction*, de Anthony Elliott (2009); e, finalmente, *Social Theory of the twentieth century and beyond*, de Patrick Baert e Carreira da Silva (2010).

Para além das agendas educativas que os três revelam, respondendo em larga medida aos programas curriculares das disciplinas ministradas pelos respectivos autores, a organização, as escolhas, as obliterações, bem como as abordagens a que se confere um papel crucial no vasto campo da Teoria Social são porventura mais significativas do que qualquer intenção antológica de mostrar uma sequência coerente na progressão

desta. Com efeito, a questão da progressão sempre foi uma questão polêmica na lógica da Teoria Social. Afastado o fantasma do falsificacionismo poperiano (Popper, 1992 [1934]), rejeitada a insuportável exigência dos programas de investigação lakatianos (Lakatos, 1970) e, finalmente, contornados os mais diretos empecilhos da noção de paradigma segundo Kuhn (1970), a Teoria Social alijou o complexo da impossibilidade do saber cumulativo. Daí que fazer teoria seja basicamente uma questão de confronto entre discursos complexos sobre a natureza do social do qual o mais que se pode extrair são visões interpretativas que melhor se adequem a uma determinada temporalidade do fenómeno social, sem ambicionar o estabelecimento de leis de cobertura como desígnio máximo da descoberta científica, assim como firmado pelo positivismo lógico. Argumentos existem que nos levam a preferir uma abordagem a outra, e isto consiste basicamente naquilo que Kuhn designou por situação pré-paradigmática ou Gouldner batizou de “culturas de discurso crítico”. Depois é uma questão de um ajustamento mais crítico ou mais empirista aos objetivos da produção teórica.

No caso vertente, estas três obras enveredam por um registro que pode apropriadamente ser designado por metateoria do tipo M(u) conforme a tipologia proposta por Ritzer (2001), ou seja, o estudo da teoria para melhor compreensão da mesma. Decorrem daqui duas consequências. Por um lado, não se confortam com uma deambulação pela filosofia das ciências na busca dos pré-requisitos para fazer teoria. Em vez disso, envolvem-se na análise de teorias sociais concretas e procuram aferi-las contra um pano de fundo lógico de uma sequencialidade teórica entre grandes matrizes do pensamento social e não das condições de possibilidade do conhecimento. Por outras

palavras, a Teoria Social ganha proeminência sobre a epistemologia – e essa é, a nosso ver, uma opção bem-vinda.

Por outro lado, nenhum desses livros opta por uma metateoria no sentido de M(p) proposto por Ritzer, ou seja, estudar a teoria para desenvolver nova teoria (ibidem, p. 2). A natureza pedagógica dos mesmos torna aceitável essa configuração, muito embora a escassez de soluções oferecidas para superar o pluriparadigmatismo da Sociologia ou para oferecer uma sua versão mais sintética seja patente. A primeira indicação a retirar daqui é a da eventual ociosidade de um esforço de síntese perante a multideterminação do mundo social e da sua historicidade. Nessa acepção, a riqueza de tal confronto não é de maneira nenhuma enfeitável. Como diz Thomas Kemple (2006, p. 4), “a vida da Teoria Social tem que ser captada [...] como um processo dinâmico de inovação e lutas, institucionalização e renovação”. E é por essa razão que os três livros mencionados merecem ser considerados da perspectiva do que é ou não estruturante de determinado campo de saber. Analisaremos cada um isoladamente para depois tecermos algumas considerações comparativas.

Social Theory of the twentieth century and beyond, de Baert e Carreira da Silva, é um prolongamento de um livro homônimo de Baert que, como o próprio explicita no prefácio à segunda edição, carecia de ser atualizado com desenvolvimentos posteriores da Teoria Social (Baert e Carreira da Silva, 2010, p. viii). Porquanto esta versão toma a Teoria Social como principal tema, pode ser visto como um importante complemento às contribuições anteriores de Baert mais situadas na vertente da filosofia das ciências. Baert tinha deixado o seu testemunho mais epistemológico e, por isso, menos metateórico – no sentido que Ritzer (2001) empresta ao termo – em *Philosophy of the Social Scien-*

ces. Towards pragmatism (Baert, 2005) onde expressa uma inclinação declarada por uma epistemologia das Ciências Sociais com bases pragmatistas. *Social Theory of the twentieth century and beyond*, agora com a colaboração de Carreira da Silva, prossegue e complementa esse esforço.

O levantamento das mais significativas abordagens teóricas do período coberto pelo livro é organizado através de uma combinação entre os desenvolvimentos de grandes escolas teóricas, tais como funcionalismo, estruturalismo, interacionismo simbólico, e autores marcantes para esse mesmo campo, tais como Habermas, Foucault ou Giddens. São discutíveis as escolhas e a sua representatividade para determinadas correntes. Caso mais emblemático é a representatividade de Giddens para a Sociologia histórica e não como autor fundador de uma abordagem específica a ser considerada autonomamente. Na medida em que a teoria da modernidade deste autor é considerada representativa – na verdade surge como tendo um papel central – no campo da Sociologia histórica e não surge autonomamente (como nos livros de Joas Knöbl e no de Elliot) enquanto legítimo fundador da teoria da estruturação, mormente enquanto uma das opções analíticas para solucionar o chamado problema da agência e da estrutura. De resto, com a exceção de Habermas, todos os outros autores surgem integrados em escolas do pensamento social, devendo-se essa opção porventura mais à economia da narrativa do que ao vincar de opções teórico-metodológicas pelos próprios autores da obra.

Convém, no entanto, lembrar que, para Baert (2005, p. 2-5), existe uma estreita ligação entre filosofia das Ciências Sociais e a própria Teoria Social. Ele rejeita o fundacionalismo clássico, desde a busca epistêmica pela verdade até o reconhecimento de relações invariáveis e generalizáveis. Essa recu-

sa, aparentemente partilhada por Carreira da Silva, encontra-se expressa no programa proposto pelos dois autores no final do livro, mas não é difícil de identificar ao longo das suas trezentas páginas e na rejeição assumida de qualquer pressuposto ontológico. A conclusão do livro, julgamos, expressa justamente essa rejeição, inclinando-se não para uma proposta teórica ou para um conjunto de propostas, mas antes para uma postura hermenêutica que liga – não sem argumentos sólidos – a Teoria Social à intervenção social. Por conseguinte, nem síntese nem novos e vigorosos discursos a emergirem. Pelo contrário, o neopragmatismo assim como elaborado por esses autores é sobretudo uma modalidade de Sociologia reflexiva, que deverá produzir efeitos sobre a vida social. Nesse sentido, a conclusão passa mais por uma crítica ao naturalismo em Ciências Sociais, opondo-lhe estratégias de investigação alternativa, negligenciando o que, no nível teórico, tem vindo a emergir como forma de perspectivar potenciais desenvolvimentos futuros.

Devemos assinalar alguns “deslizes” pouco aceitáveis em livros dessa envergadura. Por exemplo, no capítulo introdutório de Baert e Carreira da Silva (2010, p. 7), afirma-se que Foucault era um historiador de formação. Não apenas Foucault, como é conhecido, obteve a *agrégation* em filosofia pela École Normale Supérieure, como rejeita por diversas vezes qualquer identificação entre o trabalho que realiza e o ofício tradicional de historiador (ver, por exemplo, a introdução ao terceiro volume da *História da sexualidade*). Dizer isto não significa que Foucault não tivesse um método histórico, o que, para todos os efeitos, tomando a sua genealogia como exemplo, acaba por ser tautológico. Acrescente-se que, na conclusão, o papel que é reservado para a Ciência Social afigura-se desproporcionado, em particular

quando esta não surge definida explicitamente. Dizer que a Teoria Social serve de mediador e catalisador para a discussão intelectual e política atual e depois não incluir expoentes dessa mesma discussão num livro que faz um gigantesco apanhado da Teoria Social é problemático. Desde logo, como afirmá-lo deixando simultaneamente de fora nomes como Negri e Hard, Jameson, Žižek, Badiou ou Agamben, ou então verdadeiras correntes teóricas como o feminismo e o pós-colonialismo, atualmente bem mais presentes enquanto “catalisadores” da discussão intelectual do que Habermas, a quem os autores dedicam um capítulo? Estamos perante uma visão bastante *partisan* ou do que deve ser entendido por Teoria Social ou, pior, donde se situa o debate intelectual que hoje em dia concita atenção.

O livro de Joas e Knöbl possui uma filiação direta na lógica teórica, na acepção de Alexander (1982), i.e., o nível de pressuposições que cada corrente intelectual delimita relativamente ao problema da ação, da ordem e da mudança social, acrescentam os autores. Não por acaso, o título “Twenty introductory lectures” é um arremedo do seu precursor norte-americano, *Twenty lectures – Sociological Theory since World War II*, do mesmo Jeffrey Alexander (1987). E deve, porventura, ser lido como um comentário a essa obra e ao seu excessivo enfoque na Sociologia norte-americana. Nesse sentido, uma das novidades que Joas e Knöbl introduzem nas suas lições de Teoria Social é o espaço dedicado – legitimamente, ao nosso ver – à Teoria Social alemã, com particular ênfase para o debate Habermas-Luhmann. Onde este último nem sequer figurava no livro de Alexander, na obra de Joas e Knöbl é-lhe reservado um capítulo e são os dois autores colocados em destaque pelo debate que entretiveram durante a segunda metade do século XX e que viria a marcar a Teoria

Social alemã. Na interpretação de Münch (1993), a Teoria Social alemã contemporânea – de Beck a Honneth – é filha desse debate. A mesma atenção recai sobre autores como Bourdieu, o pragmatismo francês de Boltansky e Thévenot (que encontramos igualmente em Baert e Carreira da Silva), ou o pós-estruturalismo francês de Foucault a Ricoeur. Isso significa uma assunção muito significativa da produção europeia de Teoria Social menos presente nos *curricula* norte-americanos. Nos referimos aqui não apenas à obra de Alexander (1982), mas também a *The structure of Sociological Theory* de Jonathan H. Turner (2003 [1974]), para destacar duas das mais importantes sùmulas teóricas produzidas nesse contexto. Todavia, esse deslocamento do eixo geográfico da produção teórica encontramos-lo igualmente nas outras duas obras aqui resenhadas.

Por isso, não será a mera abrangência geográfica que singulariza o livro de Joas e Knöbl. Com efeito, deve ser salientada a forma como as teorias são colocadas em diálogo umas com as outras e como os autores explicitam as propostas centrais de cada autor ou corrente de forma clara e problematizadora sem por isso tornar a Teoria Social menos complexa. Dito de outra forma, clarificam a complexidade analítica de um corpo teórico que é por definição exigente, não cedendo a facilitismos de exposição. É, aliás, neste último aspecto que reside a excelência desse livro: a forma como as várias correntes de pensamento social são colocadas em relação umas com as outras, ora respondendo a dificuldades anteriores tentando superá-las, ora recuperando os núcleos teóricos pretéritos. Apenas o imenso conhecimento teórico dos autores permite essa espécie de diálogo permanente que evita a compartimentalização do trabalho teórico. Nesse quadro, o livro afasta-se do comentário ilustrado ou da mera referência acadêmica e sumária de muitas

das introduções à Teoria Social para mostrar como a teoria pode tornar-se uma ferramenta para pensar o social, autônoma da empiria, sem, no entanto, desvirtuar esta última. A explicitação de conceitos complexos faz-se sempre por referência a quadros intelectuais e filosóficos que lhes deram respaldo, numa tentativa de permanente problematização dos seus postulados principais.

No caso de Elliott e do seu *Contemporary Social Theory – an introduction*, há a assinalar que muito maior atenção é devotada a correntes que não são propriamente *mainstream* nos departamentos de Sociologia. Do pós-colonialismo ao feminismo, passando pelo pós-modernismo, com Baudrillard, Jameson e Harvey, e desembocando na teoria psicanalítica de Lacan e seus discípulos, chegando mesmo a Zizek, a Teoria Social ganha uma amplitude que reconhece como central uma linguagem pós-moderna da multitude de discursos numa *bricolage* intencional e sem freios teóricos apriorísticos, cuja função é a de complementar compreensões parciais da realidade social, mesmo que tais pressupostos vão por vezes diretamente contra as propostas de teóricos como Zizek ou Jameson, para quem o desconstrucionismo pós-moderno não exerce qualquer fascínio.

Elliott resume a análise da Teoria Social a oposições clássicas, tais como indivíduo-sociedade, conflito-consenso, prosseguindo uma estratégia tradicional de análise social que podemos encontrar nos livros de Alexander e Ritzer aqui citados. Contudo, acrescenta a mudança social, o gênero, e a relação entre o social e o emocional, que classifica como a relação entre o mundo público e privado. Essas adições explicitam uma nova intencionalidade da Teoria Social e da construção dos seus objetos em consonância com a multiplicidade de autores convocados, alargando o âmbito do seu discurso para além da teoria da ação com as

suas dicotomias tradicionais entre liberdade e ordem ou, em termos parsonianos, entre voluntarismo e normatividade. Quanto a nós, é neste plano que o livro de Elliot se afasta dos outros dois: a sua abordagem enjota explicitamente os caminhos acionistas das anteriores. Voltaremos a este ponto mais à frente.

Por outro lado, a vertente crítica em Elliot encontra-se bem mais presente do que nos outros dois exemplos. Não se limitando a expor as teorias, Elliot utiliza os seus instrumentos para em torno delas elaborar uma visão crítica das sociedades contemporâneas, visão essa que muitas vezes infirma as próprias teorias. Por exemplo, a respeito de Habermas e da sua concepção procedimental da legitimidade democrática, enquanto funcionalidade de uma democracia deliberativa, o autor coloca-nos perante a incapacidade do consenso racional proposto por Habermas numa sociedade onde os polos difusores de informação pela mídia abundam e onde reina uma cultura do entretenimento na qual proliferam os lugares avaliativos éticos e morais. Como diz Elliot (2009, p. 175), “a Teoria Social deveria ser capaz de dar conta da sua própria postura política [...] especialmente no que respeita a relação entre a crítica social e a análise da dominação social”. Nesse quadro, o livro de Elliot assume-se como um explícito continuador de uma tradição crítica que enjota a mera postura descritiva ou a *Wertfreiheit* da tradição weberiana.

Comparativamente, como já foi dito, essas três obras revelam investimentos específicos na construção das modalidades, através das quais esse mesmo campo deve valorizar ou desvalorizar os seus objetos próprios. Mas esse desacordo não deve ser visto como incompatibilidade, que mais objetivamente nem sequer existe na maioria das suas visões da Teoria Social. Por exemplo, entre o livro

de Joas e Knöbl e o de Baert e Carreira da Silva, a partilha de uma perspectiva filiada no pragmatismo norte-americano é explicitamente assumida. Ambos – Baert e Joas – são reconhecidos defensores das abordagens pragmatistas e da sua continuação num neopragmatismo. A sua filiação pragmatista tem uma influência direta na forma como essas “introduções” são organizadas. No caso de Joas, a atenção é dada às grandes escolas que evoluem em termos do debate crítico com o estrutural-funcionalismo de Parsons, nesse sentido seguindo uma linha que é iminente devedora da lógica da ação social. Ou seja, ao pretender que a ação social se pode autonomizar assumindo a existência de uma racionalidade particular que não se esgota na racionalidade econômica da escolha racional, essa determinação abre, por assim dizer, um campo heurístico próprio para a Sociologia. Essa filiação programática é central para a compreensão do livro: não somente grande parte das teorias sociais se desenvolveram em crítica aberta ao programa parsoniano, como as questões que este levantava em termos de uma analítica da ação social são sistematicamente revisitadas.

O funcionalismo parsoniano detém igualmente um papel de relevo na abordagem apresentada por Baert e Carreira da Silva, sobretudo quando tomado como ponto de partida para a crítica teórica que levou ao desenvolvimento de alternativas tais como o interacionismo simbólico e a etnometodologia. Todavia, nesta obra, a ação social não constitui o eixo teórico em relação ao qual se posicionaram as alternativas concorrentes. A empresa teórica de Baert e Carreira da Silva surge ainda demasiado apegada à filosofia da ciência. Isto decorre basicamente de se insistir que cada teoria possui os seus pressupostos ontológicos acerca da prevalência da sociedade sobre o indivíduo ou vice-versa. Por esse fato, a conclusão, contrariamente à

obra de Joas e Knöbl, evita deliberadamente uma saída teórica em termos de ação social ou de síntese em termos de agência-estrutura. Ao invés, os autores sugerem a adoção de uma hermenêutica do comprometimento, apresentada como ruptura com os dois paradigmas diacronicamente anteriores – o nomológico-dedutivo e o representacional. Segundo esta, a solução para o impasse teórico a que chegou a Teoria Social é a junção da hermenêutica com a autorreflexividade. Interrogam-se os autores ao dirigirem uma questão mais genérica para os oficiais da Teoria Social cuja natureza da resposta contém uma cautela moral: Serve esta ao interesse público? Existe, por conseguinte, uma filiação com a Sociologia pública de Burawoy, mas criticam esta última por não endereçar suficientemente aquilo que dizem estar no cerne do pragmatismo, a saber, um comprometimento com a sociedade civil e com a democracia. Que tais noções saiam incólumes dessa hermenêutica autorreflexiva diz bem dos seus limites.

Para Elliot, a Teoria Social não possui uma axiomática própria, distribuindo-se esta por uma miríade de discursos com as suas entradas conceituais que podem servir, numa metodologia combinatória, para agregar diversas maneiras de ler os objetos. Com efeito, a Teoria Social é um programa contaminado por diferentes discursividades que não se excluem necessariamente e das quais se pode fazer uso na construção de uma multiplicidade de ângulos de análise que mais não são do que a expressão dessa mesma abertura a linguagens e conceitos exteriores a qualquer noção de Teoria Sociológica em sentido estrito. O cunho crítico a que aludimos anteriormente encontra assim toda a sua coerência e necessidade. Decorre dessa presença crítica que Elliot quer manter no seio da Teoria Social a atenção devotada à teoria crítica de Adorno, Horkheimer e Marcuse, onde nas

outras duas obras aqui escrutinadas esta apenas surge obliquamente como via para expor os desenvolvimentos habermasianos dessa mesma teoria crítica. Essa preferência por discursos marginais ao *mainstream* na Teoria Social percorre todo o livro e pode ser identificada na incorporação do pós-estruturalismo de Lacan e dos lacanianos (a exemplo de Žižek ou Bhabha); na ênfase dada à panóplia de autoras feministas e pós-feministas (de Chodorow a Butler); culminando com os filósofos da contingência, tais como Badiou, Nancy e DeLanda. Por conseguinte, estamos na presença de um círculo que se completa (não se fechando necessariamente, mas continuando ininterruptamente como nas formas circulares de uma fita de Moebius), que tendo início nos esforços pioneiros da teoria crítica da Escola de Frankfurt – onde Elliot identifica os primórdios da Teoria Social contemporânea –, perfaz essa viagem com os pós-estruturalistas como Castoriadis, Agamben ou DeLanda, porque são aqueles que apresentam os “desafios radicais aos significados sociais e políticos adquiridos”. Outro livro que envereda por esses caminhos – embora não resenhado aqui, mas que mencionamos pelas afinidades perspectivistas – é o *Social Theory: the multicultural and classic readings*, de Charles Lemert (2010). O livro de Lemert tem uma cobertura impressionante – de Marx a Žižek – e expande a ideia de Teoria Social por tudo o que é pensamento social, numa linha ainda mais ambiciosa que a adotada por Elliot. A diferença é que o primeiro é uma coleção de excertos (ínfimos, por vezes) de todos os grandes textos do pensamento social compilados pelo autor, segundo o seu critério de seleção, enquanto o segundo fornece reflexões tão profundas quanto sintéticas de uma panóplia de grandes pensadores e cientistas sociais.

A proposta de Elliot sugere uma configuração mais concordante com essa lógica

de abertura a propostas teóricas exteriores às matrizes interpretativas e analíticas da Teoria Sociológica. Nesse sentido, será porventura “encontro dialógico” com um feixe plural de interpretações e conceitos sobre o mundo social. Quando mais não seja, menos circunscrito a um cânon que, como a palavra indica, canoniza determinadas figuras, por vezes segundo critérios que nem sempre são explicitados.

Em contrapartida, para Baert e Carreira da Silva quer para Joas e Knöbl sobretudo, a Teoria Social pode e deve prosseguir uma axiomática própria, da qual o eixo heurístico seria justamente uma teoria da ação. É a partir dos pressupostos de uma teoria da ação que se podem construir proposições válidas e testáveis para explicar o comportamento em sociedade. Nesse sentido, existe um núcleo duro da Teoria Social que serve de balizador para uma pretendida objetividade disciplinar: a ação social. A pergunta que se pode colocar é a da possibilidade de enjeitar as contribuições do feminismo, do pós-colonialismo, do *linguistic* e posteriormente do *cultural turn*, como fazem Baert e Carreira da Silva, não sustentando, dessa forma, uma versão fatalmente empobrecida do que quer que se equacione como sendo teoria da ação social. Essa limitação é certamente estranha em autores que defendem encarniadamente a pluralidade de visões dentro das Ciências Sociais e os benefícios da exposição dialogante à crítica construída noutras latitudes teóricas (Baert, 2005). Afigura-se, portanto, que os limites do debate influído pela quantidade necessária de ceticismo que Baert advoga estão muito bem definidos numa linha metateórica que privilegia determinados saberes em detrimento doutros.

Porém, uma pluralidade obsessiva de abordagens não significa um enriquecimento por complementaridade. Apesar do interesse

de muitos dos diagnósticos feitos sobre a sociedade contemporânea e pretérita, julgamos que é de todo interesse da Sociologia balizar os seus quadros teóricos. Não se trata de enjeitar as possibilidades abertas pela pluridisciplinaridade que, de qualquer das formas, se afiguram presentes mesmo em quadros de pensamento que afirmam certa exclusividade à Teoria Sociológica. A Sociologia deve reivindicar um trajeto teórico próprio, mesmo que este não signifique cumulatividade, que evidencie uma sucessão de escolas e de tendências, adequando-a a um confronto proposicional que não insista numa diferenciação impedidora de trocas frutíferas.

Aliás, subjacente à diversidade teórica ou às opções, por vezes desencontradas, que essas três obras espelham, encontra-se a exigência de um patamar mínimo sobre o qual colocar as questões fundamentais da teorização em Sociologia. Alexander propôs que essas fossem consideradas pressuposições gerais sobre a natureza da ação e o problema da ordem. Também para Joas e Knöbl, as questões essenciais que qualquer investigação do domínio das Ciências Sociais coloca, bem para além da diversidade de paradigmas, prendem-se com três vetores: (a) O que é a ação? (b) O que é a ordem social? (c) O que determina a mudança social? Elliot, como vimos atrás, alargava esse conjunto a campos mais diferenciados e, por seu turno, Baert e Carreira da Silva não estabelecem nenhum programa mínimo para a Sociologia para além de uma redefinição do que deve ser entendido por teoria.

Da mesma forma, para esses autores, teoria não tem que corresponder a explicação no sentido mais tradicional do termo. Nesse quadro, o termo é extensível quer a posturas interpretativas, quer críticas ou compreensivas. Define-se assim uma relação com a empiria que é sustentada por qualquer destas introduções, sugerindo que certo consenso

foi alcançado relativamente às potencialidades da teorização em Sociologia. Desse consenso, fazem parte a assunção dos limites das capacidades preditivas em Sociologia, o reconhecimento do imbricar entre teoria e empiria, impedindo qualquer aproximação falsificacionista aos critérios de seleção teórica, e, finalmente, a implicação da Teoria Social na vida quotidiana que, no caso de Elliot, é levada ao extremo de uma competência sociológica quotidiana, e, no de Baert e Carreira da Silva, a uma hermenêutica do comprometimento atrás referida. Em suma, essas introduções assumem uma recusa genérica do empirismo lógico, do programa hipotético-dedutivo e do teste de conceitos assim como os conhecemos das mais diversas e insistentes tentativas de matematização da Sociologia. É tal postura que permite reconsiderar o papel da teoria na empresa sociológica, porque se a teoria fosse entendida como generalizações em forma de leis de cobertura, então a Sociologia teria pouco para mostrar. Porém, essa abertura do conceito de teoria a formas mais flexíveis da sua elaboração e teste (ou assunção da impossibilidade do teste assim como este é produzido pelas visões mais naturalistas) permite considerar a abstração da realidade em modelos minimamente lógicos e analiticamente enunciáveis como parte fundamental da construção teórica, sem que esta tenha que ceder, tal uma fatalidade, à infirmação da empiria. Razão pela qual estas três obras reservam uma especial crítica às teorias da escolha racional.

Sabemos que desde a sua formulação em termos básicos utilitaristas, sempre esta constituiu o corpo estranho na linguagem sociológica. Desde as tentativas de Durkheim para expulsar o mais pessoal dos atos – o suicídio –, qualquer evidência de raciocínio utilitarista até a guerra travada por Parsons contra o utilitarismo economicista que negligenciava os conteúdos valorativos da ação,

a escolha racional é simultaneamente o mais amado e odiado dos programas no cerne do pensamento social. De um lado, porque até ao presente é aquele que mais se aproxima de um desejo aparentemente sempre adiado de objetivação matematizável; de outro, porque redutor da complexidade das práticas e discursos humanos. Desse modo, a escolha racional possui nessas introduções o seu lugar inescapável, mas a ela não é atribuído nenhum potencial futuro. Por conseguinte, os atuais desenvolvimentos no campo da Sociologia analítica (Hedström, 2005; Hedström e Swedberg, 1996; Abell *et al.*, 2010) passam praticamente despercebidos, mesmo que esta seja, considerando um seu entendimento mais amplo, que encontramos nas correntes individualistas metodológicas, a que oferece os exemplos mais perfeitos de formalização e modelização.

Também quanto a esse aspecto, as três obras revelam um consenso tácito assinalável. E é óbvio que este contraria diretamente as ambições totalizadoras dos adeptos da Sociologia analítica (ver, por exemplo, Demeulenaere, 2011). Com efeito, se estes últimos reservam para as suas descobertas e metodologias um lugar de eleição que possibilita a construção de um paradigma único e, portanto, de unificação das Ciências Sociais (e não apenas da Sociologia), nessas introduções, ou assumem um papel residual de mais uma escola entre outras – caso de Joas e Baert – ou nem sequer são contemplados – caso do livro de Elliot. O que é que essa discrepância nos pode ensinar em matéria de futuros desenvolvimentos da Teoria Social? Primeiro que, apesar das declarações em contrário, continua a haver um paradigma com pretensões totalizantes. Nas palavras de Demeulenaere (2011, p. 1), “a Sociologia analítica não deve ser vista como um manifesto para um modo particular de fazer sociologia comparável a outros, mas antes como um

esforço para clarificar (analiticamente) os princípios teóricos e epistemológicos subjacentes a qualquer forma de fazer sociologia que seja satisfatória (e, em verdade, qualquer ciência social)”. Implicado nessa afirmação encontra-se o estabelecimento de relações causais e o potencial explanatório destas. Segundo, e em corolário, que a preocupação com o estabelecimento da causalidade em Sociologia não é refletida nessas introduções. Ora, quanto ao primeiro aspecto, as obras que aqui nos ocupam são peremptórias na aceitação de um pluriparadigmatismo não obrigado a criar soluções unificadoras; quanto ao segundo, o problema da explicação em Ciências Sociais não possui como tal nenhuma prevalência epistemológica relativamente a outras posturas de procura de conhecimento. Questões como causalidade e estabelecimento de relações entre elementos ou entidades, linguagem clara, quer à Sociologia analítica, quer ao realismo social, não possuem reverberações suficientes para encantar a imaginação do teórico social. Ou, pelo menos, não lhes deve ser atribuído nenhum estatuto teórico especial, na opinião dessas súmulas teóricas.

Não desmerecendo nenhuma das três obras aqui recenseadas, parece-nos importante concluirmos pela superioridade de uma delas para que não caiamos num relativismo espúrio, incapaz de avaliar objetos concorrentes. Dados os argumentos expostos, a obra de Joas e Knöbl constitui, quanto a nós, a melhor introdução das três. Concluiremos aduzindo três aspectos que resumem as justificações para essa escolha. Primeiro, quer o excessivo pedagogismo da introdução de Elliot, quer algum esquematismo da parte de Baert, fazem com que *Social Theory: twenty introductory lectures* de Joas e Knöbl seja o mais completo e aprofundado apanhado teórico no nível de uma introdução, e que, pela sua capacidade

de estabelecer sistemáticas articulações entre as diversas escolas e conceitos, de rever as suas bases filosóficas aspirando sempre a uma confrontação crítica com as mesmas, torna-o igualmente o mais exigente. O segundo aspecto prende-se com a estrutura e os temas por ele abordados. Nem uma tão declarada insistência numa sequência relativamente residual no ensino da Teoria Social, como em Elliot, nem a negligência de certos discursos que não são centrais à lógica da filosofia das ciências – como o feminismo –, tal como encontramos em Baert e Carreira da Silva. Insistência, sim, na preservação de um núcleo teórico, ou, melhor dizendo, de questões associadas a esse núcleo teórico, designadamente a natureza da ação social e a sua conjugação com a ordem, mas sem desprezar discursos que não constituem, numa visão mais canônica, a parte central desse patrimônio. É nesse quadro que podemos deslocarmo-nos do normativismo parsoniano ao pós-estruturalismo de Castoriadis ou à crítica foucaultiana do poder. Finalmente, o terceiro aspecto, a abrangência teórica não tem rival em qualquer dos outros dois. Se a Sociologia, e a Teoria Social em sentido mais amplo, serve para ler o mundo, dá-se igualmente a ler enquanto mundo, uma constelação de conceitos suficientemente abstraída do mundo empírico – para utilizar o trinômio tão caro ao realismo crítico (real, factual e o empírico) – que surja para além da experiência. Note-se que, tanto para Baert como para Elliot, a Sociologia pode (deve!) ser reconduzida ao nível da experiência. Quer na sugestão de Elliot, na esteira de Lemert, de uma sociologia prática do quotidiano na qual todos somos competentes, quer na autorreflexividade defendida por Baert como medida de sanidade política para a instituição de melhores democracia e sociedade civil, a finalidade é incorporar a teoria na experiência social.

Para Joas, pensamos, a teoria existe autonomamente em relação à experiência, e se bem que pode por esta ser apropriada, não significa nenhum ganho, nem político nem epistemológico, que assim o faça. É polêmica essa postura e explica o alheamento de Joas relativamente a qualquer batalha contra o *status quo*. Mas cremos que defensável. Desde logo, porque é aceitável que os conceitos não tenham que ter uma tradução direta na empiria, ou seja, podem estes ser explicitados logicamente de forma não empirista; nem as teorias tenham que ser vis-

tas forçosamente como meios para mudar o mundo existente – o que é. Note-se que os autores não defendem nenhuma alienação estratégica, o mundo dos reis filósofos intocado na sua pureza analítica, até porque tal atitude seria incompatível com a insistência de Joas na natureza e função dos valores para os comportamentos e relações sociais. Afirmam sim, a independência da imaginação sociológica que deve ser substanciada por um *aparatus* conceptual e lógico que qualquer um dos seus praticantes ou aprendizes deverá idealmente possuir.

Bibliografia

- ABELL, P., *et al.* (2010). “Causal and constitutive relations, and the squaring of Coleman’s diagram: Reply to Vromen”, *Erkenntnis*, v. 73, n. 3, p. 385-391.
- ALEXANDER, Jeffrey C. (1982). *Theoretical Logic in Sociology – vol. 1. Positivism, presuppositions, and current controversies*. Berkeley, University of California.
- _____. (1987). *Twenty lectures – Sociological Theory since World War II*. New York: Columbia University Press.
- _____. (1989). *Structure and meaning. Relinking classical Sociology*. New York: Columbia University Press.
- BAERT, Patrick (2005). *Philosophy of the Social Sciences. Towards pragmatism*. Cambridge: Polity Press.
- BAERT, Patrick; CARREIRA DA SILVA, Filipe (2010). *Social Theory of the twentieth century and beyond*. Cambridge: Polity Press.
- DEMEULENAERE, Pierre (ed.) (2011). *Analytical Sociology and social mechanisms*. Cambridge: Cambridge University Press.
- ELLIOTT, Anthony (2009). *Contemporary Social Theory – an introduction*. London: Routledge.
- JOAS, Hans; KNÖBL, Wolfgang (2009). *Social Theory: twenty introductory lessons*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HEDSTRÖM, Peter (2005). *Dissecting the social: on the principles of analytical Sociology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HEDSTRÖM, P.; SWEDBERG, R. (1996). “Social mechanisms”. *Acta Sociologica*, v. 39, n. 3, p. 281–308.
- KEMPLE, Thomas M. (2006). “Founders, classics and cannons in the formation of Social Theory”. In: DELANTY, Gerard (ed.). *Handbook of contemporary Social Theory*. New York: Routledge.
- KUHN, Thomas (1970). *The structure of scientific revolutions*. 2. ed. Chicago: University of Chicago Press.
- LAKATOS, Imre (1970). “Falsification and the methodology of scientific research”. In: LAKATOS, I.; MUSGRAVE, A. (eds.). *Criticism and the growth of knowledge*. Cambridge: Cambridge University Press.

LEMERT, Charles (2010). *Social Theory: the multicultural and classic readings*, 4. ed. Colorado: Westview Press.

MÜNCH, Richard (1993). "The contribution of German Social Theory to European Sociology". In: NEDELMANN, Birgitta; SZTOMPKA, Piotr (eds.). *Sociology in Europe. In search of identity*. Berlin: De Gruyter. p. 45-66.

POPPER, Karl (1992 [1934]). *The logic of scientific discovery*. London: Routledge.

RITZER, George F. (2001) *Explorations in Social Theory. From metatheorizing to rationalization*. London: Sage.

SKINNER, Quentin (ed.) (1985). *The return of grand theory*. Cambridge: Cambridge University Press.

TURNER, Jonathan H. (2003 [1974]). *The structure of Sociological Theory*, 7. ed. Belmont, CA: Wadsworth Thomson.

Artigo recebido em 09/05/2013

Aprovado em 12/07/2013

Resumo

Três Grandes Súmulas de Teoria Social para o Século XXI

A publicação de súmulas de Teoria Social tem sido uma das marcas da prática acadêmica e pedagógica em Sociologia. Aqui procuro resenhar três das mais importantes obras publicadas recentemente, indicando semelhanças e diferenças entre elas e nos projetos teóricos dos respectivos autores. Consequentemente, interrogo as suas escolhas enquanto delineadoras de um determinado programa para o campo da Teoria Social e os caminhos futuros que estas apontam.

Palavras-chave: Teoria Social; Lógica teórica; Teoria crítica; Pluriparadigmatismo; Explicação.

Abstract

Three Great Summae of Social Theory for the XXIst Century

The publication of summae of Social Theory has been one of the marks of the academic and pedagogical practice in Sociology. Here, I intend to review three of the most important recently published works of this kind, highlighting similitudes and differences among them and the theoretical projects of their authors. In doing so, I submit to questioning their choices as delineators of a determined program for the field of Social Theory and the ways they suggest for its future development.

Keywords: Social theory; Theoretical logic; critical theory; Pluriparadigmatism; Explanation.

Résumé

Trois Grandes Décisions de la Théorie Sociale pour le XXI^e Siècle

La publication de décisions dans le domaine de la Théorie Sociale a été un des jalons de la pratique académique et pédagogique en Sociologie. Mon but est, ici, de proposer un compte-rendu des trois œuvres les plus importantes publiées récemment, en indiquant les similitudes et les différences entre elles et dans les projets théoriques des auteurs respectifs. En conséquence, j'interroge leurs choix en tant que délinéateurs d'un certain programme pour le domaine de la Théorie Sociale et les chemins futurs que ces choix indiquent.

Mots-clés: Théorie Sociale; Logique théorique; Théorie critique; Pluriparadigmatisme; Explication